



# **Universidade de Brasília**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUIS FILIPE DE NAZARETH BRASIL

**EXPEDICIONÁRIOS DA MEMÓRIA: LUGARES DE MEMÓRIA EM SÃO JOÃO  
DEL-REI**

Brasília

2019

LUIS FILIPE DE NAZARETH BRASIL

**EXPEDICIONÁRIOS DA MEMÓRIA: LUGARES DE MEMÓRIA EM SÃO JOÃO  
DEL-REI**

Monografia apresentada ao Departamento de História do  
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília,  
como requisito para obtenção do grau de licenciado/bacharel  
em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho

Brasília – DF, 04 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (Orientador – HIS/UnB)

---

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueira (HIS/UnB)

---

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro (HIS/UnB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer a todos que constituíram esta caminhada não é tarefa fácil, mas tentarei fazê-lo da melhor maneira possível. Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu estar aqui, dando forças todos os dias. Aos meus pais, Heloísa e Remington, que tudo fizeram para contribuir com meus estudos, nada seria possível sem vocês. Também ao meu irmão, Emmanuel, por todo o companheirismo nesses anos de vida, e também minha cunhada, Marianna, que é a irmã que nunca tive. Os amo com um amor incondicional.

Agradeço imensamente a todos que tornaram esta pesquisa possível, especialmente à minha família em Minas Gerais, que me abrigou nos períodos de pesquisa na cidade. Obrigado tia Mirela, primo Tiago e tio Dimas, vocês foram essenciais. Também meu tio e padrinho Wellington, fator decisivo para que eu obtivesse acesso aos arquivos da Câmara dos Vereadores. À minha tia e madrinha Elisa, e também minha prima Ana, obrigado. A toda a minha família (Brasil e Nazareth), que tive o prazer de rever quando estive em terras mineiras.

Obrigado a todos os sanjoanenses que colaboraram em minha pesquisa, aos militares tão receptivos do 11º, assim como os componentes da antiga Associação de Veteranos. Aos docentes e discentes do HIS que tanto colaboraram em minha trajetória acadêmica. Ao meu orientador, Bruno, que é um exemplo como profissional e pessoa.

Por fim, mas não menos importante, a todos os meus amigos pessoais que colaboraram em minha trajetória. Marcos, Cléber e Milena, meu muito obrigado por todo esse suporte na UnB. Às minhas amigas, que mesmo distantes se fazem presentes no meu cotidiano: Bianca, Giovana e Zizi, amo vocês. A todas amigas que construí nesses 4 anos de curso, obrigado!

Ao meu avô Antônio, que se foi em 2015, mas permanece vivo em meu coração e memória. OBRIGADO!

## **RESUMO**

Esta monografia se propõe a estudar os lugares de memória sanjoanenses relacionados aos ex-combatentes brasileiros que foram para a Segunda Guerra Mundial. Os objetos de estudo são, portanto, monumentos, museus, ruas, praças e datas comemorativas que retomam a memória deste acontecimento singular na história brasileira. Mas não apenas, é um estudo também sobre a construção da memória e algumas dinâmicas que caminharam juntamente aos expedicionários no período pós-guerra, tal como a reintegração social, vistas sob a ótica nacional e também municipal.

**Palavras-chave:** Expedicionários; Lugares de memória; Força Expedicionária Brasileira

## **ABSTRACT**

This monograph purpose is to study the places of memory sanjoanenses related to the brazilian ex-combatants who went to the Second World War. The objects of study are, therefore, monuments, museaums, streets, parks and special holidays which brings back the memory of this singular moment at brazilian history. In addition, is a study about the construction of the memory and some dynamics that walked side by side to the veterans in post-war period, just like the social reintegration, from the nacional and also municipal point of view.

**Key-words:** Brazilian veterans; Places of memory; Brazilian Expeditionary Force

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....</b>	<b>8</b>
1.1.O caminho da guerra: a criação da Força Expedicionária Brasileira .....	10
1.2.O caminho para a guerra: a FEB vai ao front.....	13
1.3.O caminho de volta da guerra: a dissolução da Força Expedicionária Brasileira.....	16
<b>2. O PÓS GUERRA E A MEMÓRIA DA FEB .....</b>	<b>17</b>
2.1. A reintegração da FEB: entre a invisibilidade e a problemática da identidade .....	18
2.2 A construção da memória da FEB no pós-guerra: uma resposta ao esquecimento? .....	22
<b>3. OS LUGARES DE MEMÓRIA RELACIONADOS À FEB EM SÃO JOÃO DEL-REI .....</b>	<b>26</b>
3.1 Memória da FEB ou memória do 11º R.I? O caso do Monumento dos Expedicionários .....	29
3.2 O monumento aos “Revolucionários de 1932”.....	31
3.3 Os particularismos do Museu da FEB .....	32
3.4 Os <i>outros</i> lugares de memória: dominados ou dominantes? .....	33
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

A partir de 1942 o Brasil se envolveu concretamente na Segunda Guerra Mundial. Tal participação ocorreu, inicialmente, através do abandono da neutralidade. Porém, posteriormente o país se tornou o único da América Latina a enviar tropas para participação no conflito, já no ano de 1944. Estas tropas foram nomeadas Força Expedicionária Brasileira (FEB), contando com um contingente de mais de 25000 pessoas, advindas de diferentes regiões brasileiras. Um destes “berços” da FEB foi a cidade de São João del-Rei, município de Minas Gerais, de onde partiu o 11º Regimento de Infantaria, que compunha cerca de 1/5 de todo o corpo expedicionário brasileiro. O foco deste trabalho não é a própria participação do Brasil na guerra, embora este seja um elemento importante que será tratado a seguir, mas sim a análise dos processos posteriores ao retorno das tropas ao país, isto é: a reabilitação destas e principalmente a construção da memória, especialmente no município citado anteriormente. Para tal análise, partiremos da teoria de Pierre Nora (1993) sobre lugares de memória, estabelecendo elos comparativos com a realidade sanjoanense, buscando traçar consonâncias e dissonâncias que nos ajudem a entender as particularidades do município.

Como dito, São João del-Rei adquire protagonismo por sua relação com o 11º R.I, mas o recorte geográfico não se resume a este fator. Os trabalhos existentes até a presente data, tal como “A Guerra que não acabou: a reintegração social da força expedicionária brasileira”, de Francisco César Alves Ferraz (2012), partem de uma perspectiva ampla, utilizando o município como exemplo em determinadas construções argumentativas. Ou seja, não há estudos sobre a cidade especificamente, que busquem abordar suas dinâmicas próprias de construção e manutenção da memória. Além disso, São João del-Rei é, como pautaremos posteriormente, um município onde a memória da FEB é muito presente, especialmente através dos lugares de memória. Por fim, é minha cidade-natal, onde vivi por mais de 15 anos, ouvindo diferentes narrativas sobre a atuação brasileira na guerra, do heroísmo até a negação deste.

Sendo assim, parto do problema central “quais sentidos os lugares de memória sanjoanenses dão aos expedicionários?”. Para Nora (1993), a principal intenção destes lugares seria o não esquecimento. Ou seja, cristaliza-se a memória para evitar a ação erosiva do tempo. Seria esse, portanto, o único objetivo dos lugares de memória em São João del-Rei? Evitar o esquecimento dos febianos? Parece mais complexo do que isso, onde deve-se analisar as dinâmicas políticas e sociais que envolveram os pracinhas no pós-Guerra, assim como sua aceitação e incorporação tanto na sociedade civil quanto em uma memória coletiva.

Para tal análise, partirei do corpo de leis municipais que se relacionam aos expedicionários, ou seja, as que criam monumentos e datas comemorativas, assim como renomeiam vias públicas (ruas, largos, praças, avenidas) ou então lhes concedem benefícios. Tudo isso buscando reconstruir algumas dinâmicas e intenções que só são percebidas quando analisamos os projetos de leis na cidade. Ademais, é necessário observar os próprios lugares de memória, levando em conta a materialidade destes (imponentes ou discretos? Lembrados ou esquecidos?) e também como eles se integram ao cotidiano da população sanjoanense.

Também é objetivado relacionar o contexto local com o contexto mais amplo, nacional. Perceber se existem congruências entre a situação da FEB no pós-guerra em outras localidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso) e em São João del-Rei, para delimitar se isto seria um movimento particular da cidade ou correlato a um contexto geral enfrentado pelos ex-combatentes brasileiros. Do mesmo modo, enxergar o processo paralelo de reintegração social na cidade. Ou seja, o que foi feito pela prefeitura municipal nesse intuito? Ou somente aplicou-se as leis emanadas pela esfera federal? Com isso, buscamos inserir São João del-Rei na roda de debates sobre as políticas do pós-guerra relacionadas à Força Expedicionária Brasileira, localizando possíveis pontos de concordância ou discordância com a bibliografia acerca do período.

Como citado anteriormente, os trabalhos sobre esta temática pouco abordam o contexto específico sanjoanense. Não encontrei nenhum que citasse o corpo de leis municipais, ou a própria criação dos lugares de memória. É necessário, portanto, estudos que abarquem tais questões, já que a cidade possui notável influência na memória da FEB. Do mesmo modo, vivemos um momento de transição, onde os expedicionários se reduzem a um pequeno número (em São João del-Rei, apenas três), em situação muitas vezes críticas, debilitados pela já avançada idade. As associações de veteranos vão deixando de existir, e seus agentes de memória também. É necessário que trabalhos sejam feitos no intuito de preservação e manutenção desta memória, como é o caso deste.

Este estudo seguirá uma linha, que parte da inserção do Brasil na Guerra e as problemáticas que envolvem esta entrada. Do recrutamento até o treinamento, do Rio de Janeiro até os campos de batalha italianos, a FEB encontrará diversas dificuldades, que acabam por figurar como elementos constitutivos de sua própria memória. Esta que será amplamente abordada neste trabalho, juntamente ao processo de reintegração dos ex-combatentes. Finalizaremos com o estudo específico da supracitada cidade e seus lugares de memória. Vale lembrar, no entanto, que São João del-Rei se fará presente em todas partes deste estudo, pois é



elemento constitutivo importante, tanto no período de formação e atuação da FEB, quanto no período pós-Guerra, de requerimento de direitos e construção da memória.

## 1.1 O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“O Brasil em estado de beligerância com a Alemanha e a Itália – como em 26 de Outubro de 1917 a Nação aceita com firmeza e serena energia a fatalidade do seu destino!”, estampou orgulhoso o *Diário do Comércio*, jornal da cidade mineira de São João del-Rei, no dia 23 de agosto de 1942. No entanto, vale ressaltar que o processo de inserção do Brasil no conflito não foi tão sereno quanto denotou a manchete. Foi um longo processo, iniciado ainda na década de 1930, que uniu os destinos brasileiros e estadunidenses.

Durante anos a fio se consolidou um senso comum acerca do Estado Novo de Vargas: a neutralidade com tendência ao eixo. Nesta perspectiva histórica, o presidente teria plena noção do caráter autoritário de seu governo, e, mediante tal afinidade, teria aguardado até o último instante para declarar seu apoio aos aliados (lê-se Estados Unidos da América), que só teria ocorrido após muita pressão e relutância. Esta visão é amplamente rechaçada por Vagner Camilo Alves (2002) em seu livro “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado”. Para ele, a entrada da nação brasileira já tinha um lado determinado desde meados da década de 1930: o lado estadunidense.

Partindo de uma concepção teórica deveras historicizada, o autor demonstra como, em um sistema de guerra global, as nações periféricas (como é o caso do Brasil) foram atraídas para o vórtice do conflito, sem muitos direitos de escolha. Vale ressaltar que em nenhum momento este argumento se configura como uma negação ao poder de barganha do governo brasileiro no período supracitado. As conquistas alcançadas mediante negociação, ou seja, a criação da indústria de base ou a modernização das forças militares, tudo isso se constitui como elemento importante para a afirmação do Brasil como potência preponderante na América do Sul. Porém, é necessário levar em conta a política externa exercida pelo governo norte-americano, que buscou englobar os países latino-americanos, trazendo-os para sua égide através de tratados, concessões e trocas.

Até 1939 foram assinados tratados com 11 das 20 repúblicas latino-americanas (Humphreys, 1981 *apud* Alves, 2002), o que confirma esta busca pela hegemonia por parte dos Estados Unidos. Neste contexto, o Brasil figurou como protagonista nos intentos norte-americanos, principalmente pela posição estratégica do nordeste brasileiro. Por exemplo: em 1935 foi assinado um tratado de comércio entre os países, ratificado pelo decreto nº 542, de 24

de dezembro de 1935. Os EUA, de acordo com esse decreto, se tornaram o principal parceiro comercial brasileiro, que até então mantinha relações comerciais com a Alemanha hitlerista. Logo, firmar pactos com o Brasil não era visar apenas o lado econômico, era também um ato político, uma forma de extirpar a influência nazista.

Era inegável que a propagação de ideias nazistas ocorria no Brasil. Como citado por Joaquim Xavier da Silveira (2001), em seu livro *A FEB por um soldado*, jornais como *Gazeta de Notícias* e *Meio-dia* faziam ampla propaganda nazifascista em território tupiniquim. Ademais, como relembra Alves (2002), o comércio com a Alemanha era crescente nos anos anteriores à guerra, mesmo com o tratado estabelecido entre EUA e Brasil. No entanto, a política externa estadunidense se mostrou bastante conciliatória, fazendo vista grossa para fatos ordinários como esse, enquanto buscava amalgamar os países latino-americanos em uma “liga solidária”, que seria útil no eminente conflito que já se desenhava.

Com o perpassar dos anos, a situação europeia foi se deteriorando, até descambar no conflito armado. A entrada dos norte-americanos na guerra, em dezembro de 1941, aproximou ainda mais a relação do Brasil com nossos vizinhos do Norte, fazendo com que a declaração de beligerância por parte de Getúlio fosse uma questão de tempo. O torpedeamento de inúmeros navios mercantes por submarinos alemães só acelerou o processo de entrada na guerra. Deste modo, em janeiro de 1942 ocorreu o rompimento oficial de relações com os países do eixo. A declaração de beligerância veio em agosto daquele mesmo ano.

Até agora busquei demonstrar como a guerra chegou ao Brasil. E não apenas isso. É importante entender o posicionamento, aparentemente dubio, do país em relação ao conflito. A demora por declarar o fim da neutralidade não pode ser analisada numa visão histórica personalista, culpabilizando o aparente fascínio das figuras governamentais (principalmente Getúlio) pelo fascismo. Fazer isso é empobrecer a narrativa histórica e fechar os olhos para conjunturas externas importantes, onde ressaltamos a política de boa vizinhança norte-americana na década de 1930 e 1940, que visava formar um bloco coeso sob sua influência.

A partir de 1942 o Brasil oficialmente escolheu um lado no conflito. Mas, extrapolando o papel desempenhado por outras nações latino-americanas, ou seja, aquele de fornecimento de matérias primas e gêneros alimentícios, o país foi além. Foi criada, assim, a Força Expedicionária Brasileira, com o intuito de levar soldados brasileiros ao front.

### **1.1 O caminho da guerra: a criação da Força Expedicionária Brasileira**

Desde a declaração de beligerância com o eixo, já se cogitava no Brasil a criação de uma força expedicionária a ser enviada para o front. No entanto, era um processo delicado, pois se sabia ser um trabalho dispendioso, principalmente dadas as condições do exército brasileiro à época. Assim, em negociações diretas com o governo norte-americano, principalmente com a visita de uma comitiva encabeçada pelo General Leitão de Carvalho em 1942, foi sistematizada a colaboração brasileira além nordeste (CASTELLO BRANCO, 1960). “Além nordeste” pois, como vale a pena relembrar, o conflito havia chegado à costa brasileira mediante a guerra submarina travada pelo eixo, que viu nas águas do atlântico sul um local de maior liberdade para suas ações de torpedeamento (ALVES, 2002).

Reitero, no entanto, que a criação da FEB não foi apenas um fruto de conciliações exógenas. Havia uma crescente pressão interna para que o Brasil se lançasse numa campanha além-mar, como forma de vingança e retaliação aos afundamentos de navios brasileiros (BONALUME NETO, 1995; SILVEIRA, 2001). Porém, duas observações se mostram necessárias. Em primeiro lugar, a de que a criação desta força não era unanimidade entre os pertencentes às forças militares. Como pauta Fernando Lourenço Fernandes: “Restrições à participação e, mais adiante, à formação da tropa expedicionária, afloraram nos próprios quartéis [...]” (2009, p.33). A segunda diz respeito a uma falsa ideia de patriotismo geral da nação. Francisco César Alvez Ferraz (2012), em seu livro “A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)”, sublinha que o “povo paulista” estava muito mais preocupado com o preço dos alimentos do que com a criação de um exército para lutar em terras estrangeiras. Os relatos de grandes desfiles em cidades são dados impressionantes, mas temos que levar em conta que o Brasil era um país essencialmente rural, onde 80% da população vivia nesse meio (FERNANDES, 2009).

Fruto, portanto, do desejo de parcelas nacionais e estrangeiras, o primeiro projeto de criação desta força militar previa um contingente de 60 mil homens, compondo 1 corpo de exército, subdividido em 3 divisões de infantaria, além da força aérea e demais elementos. Ademais, essa força estaria subordinada ao exército estadunidense, recebendo deste país instruções, material bélico e até mesmo artigos de subsistência (CASTELLO BRANCO, 1960). No entanto, a Força Expedicionária criada pela Portaria Ministerial nº 47-44, de 9 de agosto de 1943 se mostrou aquém das expectativas, se aproximando mais da realidade brasileira.

Das três divisões de infantaria planejadas, apenas uma se encontrava presente na referida portaria. Esta, por sua vez, seria composta de três regimentos de infantaria: o 1º Regimento de Infantaria, também conhecido como Regimento Sampaio, do Rio de Janeiro; o 6º Regimento de Infantaria, também conhecido como Regimento Ipiranga, de Caçapava, no estado de São Paulo e o 11º Regimento de Infantaria, também conhecido como Regimento Tiradentes, de São João del-Rei, no estado de Minas Gerais, que será objeto de exame pormenorizado deste trabalho. A escolha destes regimentos não é totalmente clara, apenas entrando em consonância com critérios logísticos de proximidade ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, de onde partiriam as tropas, e também favorecendo o recrutamento em diferentes estados. Silveira (2001) traça um histórico de cada Regimento, permitindo-nos inferir que eram Regimentos com histórico de envolvimento em momentos importantes da história brasileira, tal como Canudos, Contestado e a Guerra do Paraguai. Além do fato supracitado de pertencerem a estados diferentes, o que ampliaria a área de recrutamento, todos são pertencentes a localidades próximas ao Rio de Janeiro, local para onde as tropas seriam movidas e agrupadas para o treinamento e posterior envio ao front. Como denota Castello Branco (1960), havia um regimento bem preparado no Nordeste, mas este fora poupado mediante o quadro da guerra no Atlântico sul/Costa do Nordeste.

Além destes Regimentos, foram convocados quatro grupos de artilharia, um batalhão de engenharia, um esquadrão de reconhecimento, um batalhão de saúde e outros elementos, denominados por Moraes (1947, p.23) como “tropa especial”. Ao todo, seriam 25445 membros compondo este corpo (CASTELLO BRANCO, 1960). A frente deste estava o General João Baptista Mascarenhas de Moraes, que ficará conhecido como comandante da Força Expedicionária Brasileira. Novamente a realidade se mostrará um golpe duro para a real efetivação da FEB, onde os problemas se iniciam logo no recrutamento para a composição desta.

A composição deste exército foi feita, principalmente, por pessoas advindas das regiões rurais do Brasil, de menor renda. Como demonstra Ferraz (2012), as classes médias fugiam, a todo custo, desta empreitada. Lançando mão de sua influência local, as elites forçavam a dispensa de seus filhos, que eram ou podiam ser convocados através do alistamento obrigatório. Além disso, tornou-se prática comum o envio de “figuras indisciplinadas” para a FEB, ou seja, aqueles que causavam problemas à ordem interna dos quartéis, como maneira de se livrar destes “problemas”, transformando a FEB em um “repositório de malfeitores ou unidade correcional”, na visão de Manoel Thomaz Castello Branco, ex-combatente e historiador. (1960, p.140). Esta

visão deve ser considerada hiperbólica, mas denota a visão que alguns possuíam da força expedicionária que ainda se formava.

“Mínimo de 5 anos de escolaridade, 26 dentes naturais, altura e peso mínimos de 1,60m e 60 kg, respectivamente” (FERRAZ, 2012, p.62). Estes eram os critérios para pertencer à FEB. Este recrutamento, realizado principalmente a partir das classes baixas da sociedade brasileira, seria uma problemática sem fim, pois a condição de saúde dos cidadãos brasileiros era precária, principalmente no que tange a questão de imunização e dentição (CASTELLO BRANCO, 1960, p.138). Mais precário ainda se revelou o estado de saúde mental destes, fator que foi abertamente relevado nos exames de seleção, mas que posteriormente se deflagrou em um problema seríssimo: eram tropas rumando para uma guerra totalmente traumatizante, que os colocaria face a face com a crueldade humana, gerando danos irreversíveis ao psicológico. Como pautaremos mais a frente, no processo de reintegração da FEB à sociedade, muitos retornarão absolutamente transtornados da Itália, com as famosas “neuroses de guerra”.

Com o tempo, se tornou perceptível que os critérios eram demasiadamente exigentes. A solução foi a flexibilização deles. Esta flexibilização geraria futuros problemas, principalmente após o embarque rumo à Itália, aonde muitos expedicionários chegaram já enfermos, sem condições de participação no conflito. Os problemas de mobilização e preparação da FEB não se encerraram aqui, pois era necessário ainda instruir e equipar estas tropas.

Para a instrução, todo o corpo foi transferido para o Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Militar, onde foram preparados para o posterior embarque rumo ao front. Os problemas já se iniciaram na mudança abrupta de táticas. O exército brasileiro era familiarizado com as táticas de guerra francesas, oriundas da Primeira Guerra Mundial, mas precisava se adequar às novas táticas norte-americanas, pois estaria submetido ao exército estadunidense (FERRAZ, 2012; CASTELLO BRANCO, 1960; MORAES, 1947). Não se constituindo apenas uma problemática doutrinária e teórica, o Brasil possuía armamento, em geral, adquirido da Europa, totalmente diferente daqueles utilizados pelos Estados Unidos (SILVEIRA, 2001).

Apesar de tais dificuldades, as instruções militares foram iniciadas no Rio de Janeiro. Era notável a falta de materiais, incluindo-se manuais, que tiveram que ser traduzidos às pressas do inglês para o português (FERRAZ, 2012). Tudo isso tornava as instruções muito teóricas e pouco práticas. Joaquim Xavier da Silveira (2001), expedicionário que atuou na FEB, acredita que desde esse momento a capacidade de adaptação e improvisação dos brasileiros foi demonstrada, pois com o pouco que tinham, fizeram o necessário.

Esse pensamento do soldado brasileiro como um ser capaz de grandes adaptações, ou seja, o famoso “jeitinho brasileiro”, ainda é vivo no imaginário popular. É comum ouvirmos de histórias como aquela onde se diz que, ao serem contrariados e supostamente furtados pelo exército norte-americano, os brasileiros teriam dado o troco roubando um tanque estadunidense. A veracidade de uma história como essa é altamente questionável, mas são constituintes de um imaginário popular específico, que relaciona o brasileiro e sua identidade como soldado.

Assim, embora as instruções e treinamento dados tenham sido aquém do esperado, o Brasil enfim partiria para a guerra. Pode parecer uma atitude imprudente, mas como relembra Castello Branco (1960), era comum que as tropas fossem receber treinamentos nas áreas de retaguarda, já no front. Silveira (2001, p.60) sumariza, assim, como a FEB aprendeu o que deveria ter sido passado para eles nos treinamentos: “lutando e pelejando”. Sendo assim, foi no coração do confronto que grande parte das tropas recebeu o árduo e penoso treinamento.

## **1.2 O caminho para a guerra: a FEB vai ao front**

Silveira (2001) nos revela que a aceitação da participação do Brasil no confronto, em âmbito internacional, não foi passiva. Houve uma oposição inglesa, que solicitava o envio de uma força simbólico apenas, e não um corpo expedicionário. No entanto, este clamor foi ignorado. Para tal empreitada, a força expedicionária foi subdividida em cinco grupamentos, que seriam enviados para um destino ainda desconhecido. Cogitava-se ser o Norte da África, ainda palco de operações militares (FERRAZ, 2012). Deste modo, no dia 2 de julho de 1944, o navio General Mann saiu do Rio de Janeiro transportando o primeiro grupamento, composto por 5081 combatentes, advindos principalmente do 6º Regimento de Infantaria, o Ipiranga. No entanto, também havia elementos do 11º R.I e do 1º R.I. (CASTELLO BRANCO, 1960, p.167). Este navio foi escoltado por navios da Armada brasileira e norte-americana, já que o território marítimo se mostrava perigoso pela ação de submarinos do eixo. Em 16 de julho daquele ano a tropa aportou em Nápoles, na Itália, colocando fim ao mistério do destino da FEB.

Segundo Silveira (2001), a escolha da Itália não foi ao acaso. “A decisão de Roosevelt para o imediato aproveitamento da FEB no campo de batalha da Itália baseava-se na insuficiência de efetivos naquele teatro [...]” (SILVEIRA, 2001, p. 61). Deste modo, este primeiro grupamento foi logo incorporado aos treinamentos, em Bagnoli primeiramente, e depois transferido para Tarquinia, onde, em contato com o V Exército norte-americano, recebeu o restante do treinamento. Se este grupamento teve a sorte de um bom treinamento, esta sorte

não recairia sobre aqueles que viriam posteriormente (SILVEIRA, 2001; CASTELLO BRANCO, 1960).

O segundo e terceiro escalões partiram do Brasil em 22 de setembro de 1944, chegando a Nápoles em 6 de outubro. Eram compostos por 5133 e 5243 pessoas, respectivamente. O 2º teve o grosso da tropa composto por integrantes do 1º Regimento de Infantaria, o Sampaio, enquanto o terceiro teve maioria do 11º Regimento, o Tiradentes. Estas tropas deveriam receber treinamento equivalente àquele fornecido para o primeiro escalão. No entanto, devido a atrasos na entrega de materiais, esse treinamento foi, novamente, aquém do previsto, como ocorreu no Brasil (CASTELLO BRANCO, 1960; MORAES, 1947). Vale lembrar que, quando as tropas do segundo e terceiro escalões alcançaram a Itália, a FEB já tinha passado pelo “batismo de fogo” no Vale do Serchio.

Como ressalta Silveira (2001), os primeiros confrontos se deram ainda em setembro de 1944, antes mesmo da partida dos outros grupamentos que estavam no Brasil. Foram embates ao longo da região do Vale do Serchio, onde podemos pontuar Monte Prano, Barga e Castelnuovo di Garfagnana (SILVEIRA, 2001). Com a chegada, em outubro, do segundo e terceiro grupamento, as operações neste local foram suspensas, e, mediante a Conferência do Passo de Futa, a FEB foi engajada no Vale do Reno (SILVEIRA, 2001; CASTELLO BRANCO, 1960; MORAES, 1947).

Castelnuovo, Montese, Colecchio e Fornovo. Tais nomes estão grafados no Monumento ao Expedicionário, em São João del-Rei. A campanha da FEB na Itália será lembrada nesta cidade por nomes específicos, como estes, que mais se relacionam com a história do 11º Regimento de Infantaria. No entanto, outras batalhas foram importantes, como a de Monte Castelo, o primeiro grande embate brasileiro. Posição estratégica, este local sofreu sucessivas tentativas de ataque por parte dos aliados. Desde novembro de 1944, perpassando por ataques no mês de dezembro, o local se mostrou um verdadeiro desafio para as tropas brasileiras. A conquista só aconteceu no dia 21 de fevereiro de 1945, meses após as primeiras tentativas de ataque (SILVEIRA, 2001; CASTELLO BRANCO, 1960; MORAES, 1947).

A memória da FEB não é um exercício apenas de memória coletiva. O 11º de São João del-Rei é um exemplo claro disso. Embora a batalha por Monte Castelo figure como um dos grandes momentos do Brasil na guerra, ela é ignorada no monumento presente na cidade. Retornaremos neste ponto mais tarde, mas desde já devemos pensar a FEB não somente como coletividade, mas também a partir das suas individualidades. O 11º atuou como um regimento

de reserva na conquista de Monte Castelo (SILVEIRA, 2001). Sendo assim, esta batalha na Itália é facilmente deixada de lado na criação e moldagem da memória da atuação brasileira, na cidade de São João del-Rei. Difere-se, por exemplo, de Montese, uma batalha onde o Regimento Tiradentes atuou com protagonismo, e é celebrada até os dias atuais com muitos louros e admiração, sendo incluída no monumento citado anteriormente. A construção da memória relacionada à FEB não se dá de maneira homogênea, e se difere a partir das localidades, o que gera diferentes memórias do confronto bélico, especialmente das “grandes batalhas”.

Seguindo a ordem imposta pelo monumento, temos Castelnuovo. Após a campanha no Vale do Reno, a FEB foi transferida para o Vale do rio Marano (SILVEIRA, 2001), onde seu primeiro embate foi o de Castelnuovo. Considerada uma operação militar singular e muito bem executada pelo 6º R.I e 11º R.I (em conjunto com forças norte-americanas), a posição caiu nas mãos aliadas em 5 de março de 1945 (CASTELLO BRANCO, 1960). As tropas aguardaram por um mês, até que a Ofensiva da Primavera fosse lançada.

No dia 14 de abril de 1945 teve início a ofensiva contra Montese, contando principalmente com elementos do 11º R.I. Tal ofensiva se mostrou um conflito intenso, devido a importância da região. Caso Montese caísse, os aliados teriam pleno acesso ao Vale do Pó, e daí em diante a guerra na Itália estaria praticamente finalizada (SILVEIRA, 2001). Temendo isso, os alemães defenderam fortemente a região, fato que levou a um pesado número de baixas à força brasileira: 426, entre mortos e feridos (SILVEIRA, 2001, p. 183). Nas palavras de Castello Branco (1960, p.434), este fora o mais “encarniçado e violento” conflito até então. Entendemos, assim, o porquê de Montese figurar sempre como o marco mais importante da atuação febianana na Itália.

Colecchio e Fornovo foram as derradeiras batalhas com a participação da FEB. Ambas ficaram conhecidas pelo número elevado de prisioneiros capturados. Na primeira, 588 soldados alemães foram aprisionados (MORAES, 1947, p.201). Na segunda, 14.779 prisioneiros (MORAES, 1947, p.210). Estas batalhas ocorreram no mês de abril, e ao fim delas, estava também encaminhado o fim da guerra na Itália. Cabia à FEB alguns serviços de patrulhas, até que fosse decretado o fim oficial do conflito na região, fato ocorrido no dia 2 de maio de 1945 (MORAES, 1947). Daí em diante se seguiu a missão de ocupação dos territórios conquistados, que perdurou de 3 de maio até 20 de junho do mesmo ano (MORAES, 1947). No dia 6 de julho os primeiros grupamentos partiam da Itália, rumo ao Brasil (SILVEIRA, 2001). No mesmo dia foi realizada a dissolução da Força Expedicionária Brasileira, através do aviso 217-185,



expedido pelo Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (MORAES, 1947). Findava-se, assim, a força expedicionária como corpo submetido ao General Mascaranhas de Moraes.

No entanto, a repentina dissolução geraria muitas tentativas de explicação, desde sua consumação até hoje. Especialmente por ir de encontro ao pedido de figuras políticas norte-americanas importantes, que enxergavam na existência da FEB a chance de repassar os ensinamentos militares que aprenderam no front, capacitando ainda mais o exército brasileiro (SILVEIRA, 2001; FERRAZ, 2002).

### **1.3 O caminho de volta da guerra: a dissolução da Força Expedicionária Brasileira**

“[...] O governo Vargas temia que os expedicionários tramassem contra seu governo e a ordem de desmobilização da tropa data de 6 de julho, quando a FEB ainda estava na Europa [...]” (BONALUME NETO, 1996). Ao longo dos anos, construiu-se a ideia de uma FEB democrática, que lutou na Itália contra o autoritarismo, e que, retornando para o Brasil, faria o mesmo contra Getúlio, ainda um ditador. Ao analisarmos cuidadosamente essa visão, aportados na bibliografia existente, principalmente nos escritos de Ferraz (2012), percebemos algumas lacunas nessa explicação histórica. A primeira, como revela o autor, é a ideia de uma FEB coesa e politizada. Dos oficiais até os praças, todos teriam, nesta visão, o mesmo ideal político: a liberdade. E através desse ideal, a FEB figuraria como vanguarda da liberdade no Brasil, derrubando Vargas e restaurando o regime democrático.

Não é necessária muita reflexão para que percebamos que tal narrativa tende a homogeneizar um corpo que possuía mais de 25 mil membros. Ferraz (2012) demonstra que essa parte mais política da FEB se concentrava nos oficiais, que eram minoria. Retomando os dados de Castello Branco (1960, p.169), a FEB possuía 1624 oficiais, enquanto o número de praças quase alcançava 24000. É uma diferença brutal, e inquirir que todos esses quase 24 mil homens pensassem igualmente se mostra um argumento frágil. Mais frágil ainda quando analisamos o caráter getulista de grande parte destes praças.

Como postula Ferraz (2012), esses praças possuíam um forte ideal de apoio à figura de Getúlio. Com o fim da guerra e toda a campanha exercida pelo Brasil, o então presidente possuía um crescente prestígio, que se refletia, por exemplo, nos grandes desfiles organizados para comemorar o retorno dos brasileiros. Aqui engrosso a teoria criada pelo autor, trazendo à tona um fato que muitos ignoraram: o 11º Regimento de Infantaria, que lutou em terras italianas, foi o mesmo regimento que auxiliou na consolidação de Vargas no poder.

“Homenagem de São João del-Rei aos heróis do 11º R.I que tombaram no cumprimento do dever, na Revolução de 1932” é uma frase inscrita em um dos muitos monumentos presentes na cidade mineira. Não somente neste monumento, mas também no próprio museu da Força Expedicionária Brasileira, localizado nesta cidade, onde existe uma sessão dedicada a heróis do 11º que lutaram em prol da estabilização do governo de Getúlio, no conturbado começo da década de 30. Os tempos eram outros, mas devemos pensar numa órbita de tradições e costumes. A suposição de que a FEB lutaria contra Getúlio me parece equivocada quando melhor analisamos o que a figura dele significava para o grosso do contingente, adicionando, ainda, esse histórico de luta pró-Vargas, que à época ainda era recente (de 1932 até 1945 são apenas 13 anos).

Desse modo, tendo a concordar com a ideia de Ferraz (2012), que enxerga na manutenção da FEB um risco não para Getúlio, mas para os anti-getulistas e aqueles que se posicionavam a favor do fim de seu regime. Os expedicionários poderiam ser um instrumento de apoio ao governo, algo que os ministros de guerra Dutra e Gois Monteiro não quiseram “pagar para ver”. Além disso, o autor reitera a diferença da FEB que partira do Brasil, ainda parte de um exército tradicional, o “de Caxias”, e a FEB que voltou da Itália, após entrar em contato com um *modus operandi* diferente, onde o respeito e disciplina operavam de maneiras distintas, e a distanciação do oficial e praça não era abissal como aqui. Esta diferenciação poderia incorrer em riscos à hierarquia e organização do exército nacional. Somando esses fatores, a FEB teve rápida dissolução e desestruturação. Essa desmobilização “às pressas” traria fortes consequências para a reincorporação desses veteranos à sociedade (FERRAZ, 2012).

## **2. O PÓS-GUERRA E A MEMÓRIA DA FEB**

O período posterior a 1945, ou seja, o pós-guerra, marca o início de dois momentos importantes para a Força Expedicionária Brasileira: a reintegração dos ex-combatentes e a construção da memória da participação dos soldados brasileiros no conflito. Estes processos não devem ser enxergados como cronologicamente separados, numa visão reducionista de “primeiro a reintegração e depois a construção da memória”. Como veremos, a reintegração foi um processo longo e pendular no que diz respeito a consolidação de direitos (com avanços e retrocessos), que só serão estabilizados a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Do mesmo modo, a construção desta memória também será um longo processo, que se encontrou intrinsecamente ligado aos diferentes contextos vividos pela nação brasileira a partir de 1945, após a “redemocratização”. Portanto, embora constituam processos díspares,

reintegração e construção da memória compartilham pontos em comum, tal como os contextos políticos, econômicos e sociais, além de, obviamente, envolverem os mesmos sujeitos: os ex-combatentes, que enxergavam nestes dois processos a afirmação de suas identidades.

No entanto, não podemos pensar que a criação e conservação da memória era parte do fazer de todos expedicionários. Não há uma homogeneidade nesse grupo. Muitos ex-combatentes, como vimos, saíram de regiões rurais e desse modo se distanciavam e desconheciam seus direitos como ex-combatentes, além de estarem distantes dos grandes centros a partir dos quais se construía a memória febiana (tal como o Rio de Janeiro ou São Paulo). Apesar desta realidade, não podemos negá-los como agentes de memória, pois como demonstra Pierre Nora (1993), a memória, com o aceleração da história em fins do século XX, passa por um processo cada vez maior de atomização e particularização, o que permite que estes atuem localmente como mantenedores dela.

### **2.1. A reintegração da FEB: entre a invisibilidade e a problemática da identidade**

No dia 6 de julho de 1945 os expedicionários embarcaram em direção ao Brasil, acreditando que seu período de lutas se encerrava ali. Rumaram, no entanto, para uma batalha que muitos jamais veriam o fim: a da consolidação e reconhecimento de seus direitos. Uma batalha árdua e longa, que envolveu diferentes setores da sociedade e do Estado brasileiro. Era uma força que já havia sido dissolvida às pressas, como visto anteriormente. Pressa essa que geraria sérios problemas na reintegração dos ex-combatentes à sociedade.

Uma das primeiras atitudes governamentais em relação aos febianos foi alvo de duras críticas pelos expedicionários à época, e muito debatida pela bibliografia que trata acerca do período. Trata-se da proibição de comentar publicamente a respeito dos acontecimentos da guerra e também o prazo de 8 dias para a utilização do uniforme e distintivos da FEB – após isso, estaria terminantemente proibido (Ferraz, 2012). Percebemos como isso ataca diretamente a noção identitária desse grupo, coibidos de levar a público as memórias e simbolismos que os constituíam como tal. Afinal, o que diferenciaria um militar da ativa e um ex-combatente, senão o uniforme, os distintivos e suas experiências?

Outro ponto salientado por Patrícia da Silva Ribeiro (2013) e Ferraz (2012) foi a demora na entrega das medalhas e condecorações. Como retomaremos no próximo capítulo, existe um enorme simbolismo em torno das medalhas, especialmente a “medalha de campanha”, entregue para todos aqueles que participaram da campanha da FEB. Portá-las era um sinônimo de identificação, era a valorização do esforço pela nação, a distinção dentre os outros. As medalhas

mais específicas, como a “Medalha de Sangue” ou a “Cruz de combate”, que denotavam destaque ou ferimento no campo de batalha, corroboravam ainda mais com estas ideias de diferenciação. No entanto, muitas dessas medalhas não serão entregues, como reitera Ferraz (2012, p.141) baseando-se em Santos (2008, p.56)

Mesmo assim, um levantamento realizado em 2008, pelo Major de Infantaria Wellington Corlet dos Santos, mostra que trinta e um anos depois de terminada a guerra (1976), não haviam sido entregues 6.640 *Medalhas de Campanha* (26,2% do total de expedicionários). No levantamento mais recente, em 2008, 3.802 (15% dos expedicionários) ainda não tinham recebido essa medalha, e muito provavelmente não a receberiam mais, pois o número de veteranos vivos não excederia muito aquela cifra.

Até agora pautamos sobre questões concernentes a formalidades, trajes, condecorações, que são elementos importantes na constituição da identidade destes ex-combatentes. Mas devemos perceber nestas práticas (ou na ausência da realização delas) a tentativa de invisibilização dos febianos. Para Ribeiro (2013), esta invisibilização se inicia logo com a apressada dissolução da FEB, e se agrava com os fatores supracitados. Apoiando-se em Ferraz (2002), a autora demonstra que

A precipitação em desmobilizar a FEB, para além da tentativa de agilizar questões de ordem burocrática, pode indicar uma estratégia de “apagar” sua memória, tornado-a “invisível” historicamente. O reduzido espaço destinado à FEB nos livros didáticos de História do Brasil evidencia, em parte, a eficácia dessa medida. Na maioria das vezes, a menção à memória da FEB limita-se às questões relacionadas à política externa e à derrubada da ditadura varguista não se detendo mais detalhadamente nas ações dos combatentes (Ribeiro, 2013, p.112).

Ainda segundo a autora, a ideia de invisibilidade se acopla à de esquecimento. “No plano real, o herói invisível é aquele que foi condenado ao esquecimento. Uma invisibilidade que é silenciadora e que, por isso, atenta com toda a força contra a memória” (Ribeiro, 2013, p.111). No entanto, é exatamente neste latente esquecimento que os expedicionários encontram sua afirmação e resistência. Sem dúvidas, um paradoxo onde o esquecimento age como força-motriz para a memória. Retomaremos esta dialética posteriormente. É, portanto, esta força que impulsiona a criação do que serão os bastiões da defesa dos direitos dos expedicionários, assim como da preservação de suas memórias: a Associação de Ex-Combatentes do Brasil (doravante AECEB) e, posteriormente, a Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB).

Como apresenta Ferraz (2012), a reintegração pode ser vista de diferentes esferas, como a social, a profissional ou até mesmo a concernente ao corpo militar (para aqueles que decidiram continuar na carreira), com diferentes atuações do poder público para garanti-las. No entanto,

perceberemos a existência de um grande vão entre o que está previsto na legislação e o que é efetivamente feito. Por exemplo: leis que já existiam em período anterior a 1945 foram ignoradas, como o Decreto lei nº 4902/42, que garantia a permanência do vínculo empregatício e pagamentos em caso de convocação (Rosa, 2010).

Ocorreria do mesmo modo com pracinhas que haviam sofrido moléstias em solo italiano, e que eram amparados pelo Decreto lei nº 8795/46, que previa assistência médica e financeira para estes. Em primeira análise, parece haver uma rápida mobilização do Estado brasileiro para ampará-los. No entanto, a aplicabilidade desta legislação se mostrou falha, como demonstra Ferraz (2012) e Rosa (2010). Além de enfrentar absoluta má vontade para fazer valer seus direitos, as doenças e distúrbios psicológicos não eram contemplados de maneira realística e funcional por essa legislação, o que tornaria muito difícil a reintegração dos ex-combatentes afetados pelos inúmeros problemas de origem psíquica.

Leis surgiram subsequentemente, como o Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946; Lei nº 288, de 08 de junho de 1948; Lei nº 616 (Lei da Praia), de 02 de fevereiro de 1949; Lei nº 2.378, de 24 de dezembro de 1954; Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955; Lei nº 3.596, de 29 de julho de 1959; Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965; Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967; e Lei nº 8.059, de 04 de julho de 1990, complementando as já existentes e contemplando militares e civis que haviam realizado algum tipo de participação, direta ou indiretamente, no período da guerra. (Rosa, 2010, p.82)

Rosa (2010) analisa em esfera nacional a criação de inúmeras legislações que visaram contemplar os pracinhas. Adiciono aqui as leis 773/1964 e 841/1966, do município de São João del-Rei. Ambas visavam conceder aos expedicionários a isenção de determinados impostos, tal como o territorial e predial. O direito poderia ser estendido para viúvas ou filhas solteiras. Para receber tal direito bastaria comprovar a participação, fosse através de documentação, fosse através do diploma de alguma condecoração referente à Segunda Guerra Mundial. Em minha pesquisa na cidade de São João del-Rei, apenas encontrei estas duas leis referentes a benefícios concedidos a expedicionários. No entanto, existem outras que se relacionam às associações de veteranos, que serão exemplificadas mais à frente.

Como pautado anteriormente, a “estabilização” dos direitos só ocorrerá verdadeiramente com a constituição de 1988, mais de 40 anos depois do retorno da FEB ao Brasil, quando muitos ex-combatentes já haviam morrido ou estavam em idade avançada (Silva, s/d). No entanto, vale sublinhar um movimento que Ferraz (2012) chama atenção e que se inicia ainda na década de 1940: o da extensão dos direitos, buscando englobar mais e mais pessoas na categoria de ex-combatentes. Para tal, ampliou-se a área de combate exponencialmente,

privilegiando militares que estivessem nas regiões costeiras (muitas vezes distantes do nordeste) atuando como força de patrulha, ou até mesmo membros da marinha mercante que se encontrassem em portos próximos (Ferraz, 2012). Como percebemos, existe uma lógica de desvalorização daqueles que lutaram no front, através da concessão de direitos a cidadãos que participaram do conflito em território brasileiro, sem participar de combates, tidos muitas vezes como “praieiros”, isto é, aqueles que faziam as patrulhas nas costas brasileiras, mas que teriam acesso as mesmas vantagens que foram conquistadas através de muita luta pelos expedicionários – o que provocava tensão. Aqui reside uma distinção importante, que gerará um cisma (juntamente com outros fatores) nas AECB existentes: a diferença entre veterano de guerra, ou seja, aquele que lutou efetivamente nos campos de batalha e pagou o “tributo de sangue”, e estes ex-combatentes, enquadrados como tal através destes decretos-lei cada vez mais inclusivos. Assim nasce as ANVFEB, cujo público frequentador se aproxima mais daqueles, e não destes. Ambas associações poderiam coexistir no mesmo espaço urbano, como salienta Carvalho (2009).

Ambas associações possuíam objetivos parecidos, embora a ANVFEB surja posteriormente, já na década de 1960. Eram centros de interação e assistência a estes ex-componentes da FEB, que catalisavam seus anseios e necessidades, especialmente no que tange o cumprimento de direitos. Também cabia a estas associações a arrecadação de fundos e organização do movimento, de modo a fazer valer o que lhes havia sido prometido pela legislação. Em sua análise, Ferraz (2012) demonstra os conflitos internos dentro destas entidades, especialmente da AECB, no período imediato ao fim da guerra. Não podemos relevar o contexto da época, especialmente a questão da Guerra Fria, que adentrava o Brasil a plenos pulmões, opondo parcelas da população. Em uma análise brilhante, Ribeiro (2013) e Ferraz (2002) demonstram como esse conflito se reflete dentro das associações, gerando, paulatinamente, uma polarização das diretorias, o que traria consequências para a própria reintegração e também para a identidade da FEB. Com o crescente conservadorismo no interior das entidades, medidas que pudessem ser enxergadas como “politização excessiva” eram sempre descartadas. Com o tempo, qualquer ato que intentasse questionar o estado central era taxado de comunismo, sendo facilmente execrado. Sendo assim, a AECB que organizou o “Desfile do Silêncio”, isto é, um desfile que apresentava o descaso do estado em relação aos pracinhas, ainda no ano de 1947, jamais veria algo parecido com isso novamente. O conservadorismo avançaria ainda mais, especialmente com a ascensão do regime militar que

golpearia o governo vigente já no ano de 1964. Vale lembrar: Castelo Branco, o primeiro ditador deste regime, era um febiano.

Dentro do contexto da cidade que me propus a analisar, a lei municipal 1571/1977 considera a Associação de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – Regional de São João del-Rei como de interesse público. E desse modo, em março de 1991, a lei nº 2652 suplementa a cifra de 380 mil cruzeiros para tal entidade, com a justificativa de “subvenção social”. É difícil analisar se essa quantidade é um valor considerável ou meramente simbólico, mas de acordo com a lei federal 8178/1991, o salário mínimo referente ao mês de março daquele ano estava definido em 17.000 cruzeiros. Se considerarmos que a transferência deste montante foi próxima à data da lei (algo difícil), a quantia referiria a mais de 20 salários-mínimos. No entanto, vale lembrar que em setembro do mesmo ano o valor do salário já alcançava os CR\$42.000. As incógnitas quanto a correção monetária e real aplicabilidade da lei não nos permitem analisar totalmente sua efetividade, mas é factível percebermos o interesse público de subvencionar a ANVFEB, o que denota a sua utilidade na cidade, pois mesmo em um período de crises econômicas severas, ela recebeu esta quantia em dinheiro.

Embora esta tentativa de reconstruir o panorama possa apontar para uma mobilização civil e do estado para reinserir os pracinhas, as bibliografias consultadas até aqui reiteram o crescente distanciamento destas figuras de ambas as esferas. Perpassando por Alves (2012), Ribeiro (2013), Rosa (2010), Carvalho (2009), Silva (s/d), todos os autores demonstram como, em alguns casos, os ex-combatentes são postos de lado pela sociedade e também pelo poder público. Daí os crescentes casos, à época, de febianos em situação de mendicância, terminalmente enfermos, renegados de um convívio social que não compreendia a dimensão de uma doença psíquica grave, e os tratava como neuróticos de guerra. Somava-se a isso um estado que se negava a reabilitá-los. É nesse duplo afastamento, conjugado com a expansão do conservadorismo, que, segundo Ferraz (2012), a FEB começa a ser associada às forças militares, de modo que a identidade, os ritos e os simbolismos são amalgamados. Daí os desfiles de 7 de setembro, na cidade de São João del-Rei, serem iniciado pelos febianos. Daí as comemorações do 14 de abril, data da tomada de Montese, serem realizadas a partir do próprio exército brasileiro, na figura do 11º B.I. Daí o Museu da FEB, na cidade, se encontrar no interior da Associação de Sargentos, assim como a antiga sede da ANVFEB – Seção São João del-Rei.

## **2.2 A construção da memória da FEB no pós-guerra: uma resposta ao esquecimento?**

Existem inúmeros trabalhos que se propõem a estudar a questão da memória febianana e sua relação com o esquecimento. Trabalhos como de Amorim (2017), trazem Ortiz (1985) para compreender a dimensão da memória coletiva, onde:

A memória coletiva deve estar vinculada a um grupo social determinado. Ela só existe enquanto é vivenciada e só adquire significado quando é encarnada no cotidiano das pessoas. É o grupo que revive sucessivamente as tradições, preservando assim sua memória. Quando há dificuldades em manter o grupo coeso, tem início o processo de esquecimento. (Ortiz, 1985 *apud* Amorim, 2017, p.24)

Do mesmo modo, Ribeiro (2013, p.112) retoma Weinrich (2001, p.31) para demonstrar que o esquecimento está muito próximo da memória. Para a autora, no caso da FEB, “a condenação ao esquecimento se converteu em elemento constitutivo de memória, símbolo de sua luta e resistência” (Ribeiro, 2013, p.114). É impossível esquecermos também do conceito de Maurice Halbwachs (1992) sobre memória coletiva (que constrói as individualidades) e do conceito Pollakiano (1989) de memórias subterrâneas, que são aquelas memórias silenciadas, postas a parte num conceito ideário amplo de memória.

No entanto, para minhas reflexões, utilizarei os conceitos de Pierre Nora (1993) sobre memória e lugares de memória, assim como, complementarmente, as ideias de Andreas Huyssen (2000), especialmente no que tange sua obra “Seduzidos pela memória”. Os dois autores apresentam pontos de congruência: enxergam entre as últimas décadas do século XX o momento de um fenômeno global de alterações substanciais no processo de construção e manutenção de memórias, que se deve a um mundo cada vez mais globalizado. Enquanto Huyssen se encaminha para a análise da influência midiática e monumental, Nora parte da crítica a concepção de memória que foi sendo construída na sociedade ocidental, ressaltando sua relação com a história. Para ambos, vivemos um momento de supervalorização memorialística: geramos toneladas e toneladas de informação, e precisamos nos certificar que nada seja esquecido. Na concepção de Nora (1993), a história está se acelerando e forçando o desaparecimento da memória (dentro do conceito dele). Para o autor, memória e história são categorias totalmente diferentes. Enquanto aquela é natural, espontânea e viva, esta é justamente o oposto: criação artificial e uma reconstrução problemática do passado. “No coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”. (Nora, 1993, p.9)



Segundo Nora (1993), o crescente desaparecimento da memória espontânea, dando lugar a uma memória que facilmente se confunde com história, forçaria a criação de “lugares de memória”. Se o que tivéssemos fosse uma memória genuína, lembraríamos dos acontecimentos apenas pela própria autossuficiência da memória e processos análogos a ela. Mas como vivemos uma memória cada vez mais historicizada, o medo do esquecimento seria o motor propulsor para a cristalização desta nestes chamados lugares de memória. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p.13). Do mesmo modo, o *boom* da criação de lugares de memória, segundo Huyssen, seria fruto do “desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido” (Huyssen, 2000, p.20). Como percebemos, a problemática do esquecimento circunda as duas teorias.

Como ressalta Silva (s/d), é a partir da década de 1980 e 1990, já com a estabilização dos direitos dos expedicionários, que se intensificam as lutas para a consolidação da memória destes. O que não quer dizer que esse movimento se restrinja a tal época. Muito pelo contrário, desde períodos pretéritos à criação da AECB, ainda em 1947, já se falava da instituição de datas comemorativas e criação de monumentos. O que tentei demonstrar até o momento foi como o processo de reintegração e reconhecimento da memória caminharam paralelamente no pós-guerra. Isso é facilmente exemplificado ao olharmos as próprias associações, seja a AECB, seja a ANVFEB, que funcionavam como entidades de assistência ao ex-combatente, mas também arrecadavam fundos para a construção de monumentos, estabelecimentos de museus, entre outros. Não é por acaso que, em São João del-Rei, o Museu da FEB se localiza no prédio ao lado da antiga sede da ANVFEB.

Dentro desta dualidade entre reintegração e estabilização da memória, retomo o caso mais simbólico: a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, na cidade do Rio de Janeiro. Como salientam Ferraz (2012) e Ribeiro (2013), a construção deste monumento se inicia no ano de 1957, ainda no governo de Juscelino Kubitschek. As quantidades exorbitantes de dinheiro utilizadas no projeto alarmariam a muitos e suscitaria uma importante discussão: afinal, por que o estado investia tanto para a construção de um monumento, enquanto boa parte dos pracinhas passava por uma situação lamuriosa? Na opinião de alguns, o Estado poderia fazer os dois ao mesmo tempo, mas faltava a competência. Para outros, deveria haver o foco na assistência aos ex-combatentes. O interessante deste caso é

analisarmos como é difícil pensar na construção de lugares de memória pelo poder público, quando o mesmo poder público agia de maneira apática para assistir os homenageados de seus lugares de memória.

Ressalto, ainda, a diferenciação deste monumento por ser “aos mortos”. Não era uma construção que visava atingir, primordialmente, os vivos. Era uma homenagem àqueles que haviam tombado em território italiano. No entanto, como ressalta Ribeiro (2013), o monumento passaria a ser conhecido como “Monumento dos pracinhas”, numa ideia mais globalizante. Aqui evoco a explicação de Nora (1993) para compreender esta aparente diferença entre intenção e resultado. Segundo o autor, os lugares de memória são uma interação entre três aspectos importantes: material, simbólico e funcional. E, além disso, seriam um jogo entre memória e história. Não se pode falar de lugar de memória sem a sua intenção de memória. No caso, uma homenagem aos mortos brasileiros da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a história (entendida como a operação de olhar para o passado, ou simplesmente “o tempo”) também age sobre o monumento, trazendo novos simbolismos, que muitas vezes não correspondem ao projeto inicial da “intenção de memória”, mas que são acoplados a ele.

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (Nora, 1993, p.22)

Desse modo, na tentativa de “imortalizar a morte”, vários lugares de memória serão criados pelo Brasil, visando cristalizar essa memória febianiana. Segundo Octavio da Costa (1975), em seu livro “Trinta anos depois da volta: o Brasil na Segunda Guerra”, mais de duas centenas de monumentos estariam presentes em pouco menos de 200 municípios brasileiros, se concentrando mais nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Ferraz (2012) chama a atenção para a crescente associação destes monumentos com as próprias forças armadas, enxergando em alguns deles um modelo “trinitário”, onde aparecem os símbolos da marinha, exército e aeronáutica. Inclusive, muitos desses monumentos serão constantemente vigiados por estas forças militares, como o Monumento aos Mortos do Rio de Janeiro, e o Monumento dos Expedicionários em São João del-Rei (embora essa tutela aparentemente tenha sido abandonada recentemente, fato que discutiremos posteriormente). Como postula Carvalho (2009), os monumentos relacionados a FEB no Brasil são os mais bem cuidados, o que se relaciona fortemente com a presença das forças armadas atuando na preservação destes.

Ressalto, por fim, a criação das inúmeras datas comemorativas que, segundo a teoria de Nora (1993), também se constituem como lugares de memória. Se constituem como tal pois, ao analisarmos à luz da teoria, percebemos que são dotadas de uma materialidade (um recorte material numa temporalidade, como ressalta o autor), de um simbolismo (que varia conforme a data, seja o dia da vitória, seja o dia da tomada de Montese, a título de exemplo) e uma finalidade (o não esquecimento, por exemplo). Também observamos o movimento de nomeação de vias públicas como parte das dinâmicas que envolvem a memória nos fins do século XX e início do XXI. Somente em São João del-Rei, doze ruas levam o nome de expedicionários. A esse dado se devem somar muitas outras vielas, praças, largos e casas, que acabaram se tornando a cristalização da memória febianiana na cidade. Me prestarei, daqui em diante, a análise do caso específico desse município, sob a ótica dos movimentos dialéticos de memória e história postulados pelo autor.

### **3. OS LUGARES DE MEMÓRIA RELACIONADOS À FEB EM SÃO JOÃO DEL-REI**

Como destacado anteriormente, o recorte geográfico deste estudo é o município mineiro de São João del-Rei. Cidade tricentenária, possui um vasto passado, que corta diferentes cronologias de estudo da história, tal como história do Brasil Colônia, Império e República. Importantes marcos históricos serão relacionados a ela, onde ressalto a Conjuração Mineira (movimento que eternizou Tiradentes), a participação no movimento que colocaria Getúlio no poder em 1930, e também a luta na Segunda Guerra Mundial. Toda esta história, que ultrapassa os 300 anos, se funde na malha urbana e rural sanjoanense, fazendo com que a cidade seja um ponto turístico relevante nas terras mineiras, atraindo pessoas de diferentes lugares, com diferentes intuítos. Além disso, essa “pluralidade de passados” tem fortes reflexos na relação do município com a memória da Força Expedicionária Brasileira.

Pelas idas e vindas da história, São João del-Rei se tornou uma cidade “congelada em seu passado”, vinculada ao período colonial. Além disso, há um enorme personalismo, onde saltam aos olhos a valorização de nomes como Tancredo Neves e Tiradentes. Um roteiro turístico pela cidade se revela uma perambulação por igrejas barrocas, museus, praças, casarões, todos ligados a esses passados específicos, de onde se exclui os locais relacionados a FEB. A visitação a tais lugares de memória acaba por ser um exercício de curiosidade do turista, que geralmente possui interesse por assuntos bélicos, ou ouviu falar da atuação brasileira na Itália. Embora a memória da Força Expedicionária esteja espalhada pelos quatro cantos da cidade, seja em nomes de ruas, praças ou largos, ela dificilmente integra a ideia que se tem do município. Surge na memória aquela São João del-Rei colonial, ou a São João del-Rei de

Tiradentes. Foge dela a São João del-Rei do 11º R.I, que lutou na Itália “em prol da democracia”.

Isso pode ser justificado pelo já pautado esquecimento da FEB, ressaltado por autores como Ribeiro (2013) e Ferraz (2012). Renegada até pelo ensino de história no Brasil, a atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial passa por um processo de invisibilização crescente ao longo dos anos. Esse processo se acentua ainda mais no nosso século, haja visto que o número de ex-combatentes é cada vez mais escasso. Em São João del-Rei, apenas três febianos se encontram vivos. É neste momento de transição que os lugares de memória adquirem um papel ainda mais importante, pois serão grandes mantenedores desta memória que cada vez mais se dilui: primeiro com a extinção da Associação de Veteranos da FEB – Seção de São João del-Rei, agora com a extinção dos próprios veteranos, incapazes de resistir a ação do tempo.

Embora a importância destes lugares seja crescente na nossa atualidade, a preocupação com a criação deles data do período imediato ao fim da guerra. Na cidade, o primeiro lugar de memória foi criado em 26 de dezembro de 1945, através do decreto-lei nº 103. Se tratava da renomeação do Largo São Francisco, que passaria a se chamar Praça Frei Orlando. É interessante perceber os movimentos apontados por Nora (1993) na criação destes locais. Não é apenas um exercício de intenção inicial, mas também de significação ao longo do tempo. Por certo, em 1945 as pessoas tinham ciência que Frei Orlando era o famoso “Capelão que não voltou”, como relembra Gentil Palhares (1982). Mas, com os movimentos da história, Frei Orlando foi valorizado pela memória militar como padroeiro da assistência religiosa, e esquecido da memória coletiva do povo sanjoanense.

Temos que levar em conta, ainda, a complexidade da nomeação deste lugar específico. A Praça Frei Orlando é totalmente diferente da Praça dos Expedicionários, ou da Rua Expedicionário Lucindo Martins de Abreu, por exemplo. A “intenção de memória” (Nora, 1993) se encontra inscrita no nome destes últimos. Mesmo que eu não tenha a mínima noção de quem foi Lucindo Martins de Abreu, sei que ele era um expedicionário, e essa simples palavra é capaz de retomar uma memória: a da FEB. Isto não ocorre com a praça do capelão, que pode ser interpretado como um religioso importante da cidade, ou algum frei do período colonial. A situação se deteriora quando analisamos a arquitetura da praça, que conta com um busto totalmente alheio à memória que se relaciona sua nomeação. O busto de Frei Orlando se encontra dentro do Museu da FEB, ao invés de integrar a praça homônima. Adiciono, ainda, que muitos se referem a este local como “Largo São Francisco”, seu antigo nome, mesmo que tenham se passado 74 anos do decreto-lei.

Como ressalta Nora (1993), os lugares de memória são a reunião do material, funcional e simbólico. A praça, sem dúvidas, possui os dois primeiros. Mas no âmbito simbólico ocorre uma disputa, onde dialogam passado e presente. Um passado consolidado, já que este local era conhecido como São Francisco desde o século XIX. E um presente que insiste em submergir a memória da FEB, invisibilizando-a. Sendo assim, a praça se constitui como um lugar de memória, mesmo que sua intenção inicial não seja respeitada. Como relembra o autor, são “objetos no abismo” (Nora, 1993, p. 24), sujeitos ao intenso jogo entre intenção inicial e significação através do tempo e da memória. Pode ser que em algum momento futuro Frei Orlando tome protagonismo localmente, e assim a intenção de memória seja retomada, e a Praça Frei Orlando seja conhecida como tal, em detrimento a “Largo São Francisco”.

Tomemos outro exemplo, o do dia 7 de abril. Como postula a lei municipal 3127 de 1995, tal dia seria dedicado aos expedicionários. Quando revirava os arquivos da prefeitura, esta lei foi uma surpresa para todos os presentes. Dia 7 de abril? Dia do expedicionário? Ninguém ali tinha sequer ciência da existência daquilo. No dia anterior, em uma conversa com um antigo membro da extinta ANVFEB, perguntei sobre quais datas relacionadas aos expedicionários eram comemoradas na cidade. O dia 7 de abril não foi nem cogitado. Uma breve pesquisa em noticiários revela a inexistência de qualquer citação ao dia 7 de abril. Infelizmente não obtive acesso ao projeto de lei que originou a lei 3127/95, mas algumas considerações se fazem necessárias. Por que o dia 7 de abril? Não há nenhuma relação entre a FEB e este dia. Talvez este seja um fator preponderante para o total esquecimento deste lugar de memória. A intenção de memória está presente, mas totalmente desgrudada da dimensão simbólica. A escolha do dia 14 de abril (tomada de Montese) seria muito mais interessante, cabível. No entanto, surge o Dia dos Expedicionários em um 7 de abril: renegado até pelas forças militares na cidade.

Como ressalta a bibliografia estudada, onde destaco Ferraz (2012), a FEB sofre uma crescente aproximação com as forças militares ao longo dos anos. Em São João del-Rei esse movimento é ainda mais perceptível. O supracitado dia 14 de abril é comemorado a partir do exército na cidade. Com direito a desfile, mesmo que o número de expedicionários esteja cada vez mais escasso e os que comparecem estejam debilitados. Nas comemorações do ano de 2019 ocorreram cerimônias religiosas e militares, onde o público era bem-vindo. Além disso, relembro que o Monumento aos Expedicionários era tutelado pelo exército. Não obtive acesso aos motivos para que isso fosse desfeito, mas atualmente não existem mais guardas no local. É difícil mensurar se isso é um alarme para a desvalorização da memória da FEB atualmente, ou

se são apenas entraves burocráticos de dentro das forças armadas. O fato é que o monumento, outrora bem cuidado, vem recebendo pichações e depredações constantes.

Ademais, o próprio exército participou da revitalização do Museu da FEB, como indica uma placa afixada no interior deste. Relembro, ainda, o que foi dito no capítulo anterior: o dito museu e a antiga ANVFEB se encontram no interior da Associação de Sargentos do Exército, mais uma prova da relação entre FEB e forças armadas, algo que tem forte reflexo nos lugares de memória na cidade. Existe também, no interior da sede do 11º, um monumento em homenagem aos pracinhas, assim como pinturas na parede rememorando a tomada de Montese. O exército assume, portanto, um papel de vanguarda na tentativa de manutenção dessas memórias, incorporando-as a sua própria história. Outra data comemorada, mas em menor escala, é o 21 de fevereiro, dia da tomada de Monte Castelo. Como citado anteriormente, esta data tem maior relação com o 6º Regimento de Infantaria de Caçapava, o que justifica essa menor importância dada pelo exército na cidade.

### **3.1 Memória da FEB ou memória do 11º R.I? O caso do Monumento dos Expedicionários**

Não apenas no que tange as festividades em torno do dia 21 de fevereiro, ocorre também uma importante diferenciação no próprio Monumento dos Expedicionários: a tomada de Monte Castelo não é citada no obelisco onde constam as vitórias do 11º R.I. Aqui cabem alguns destacamentos importantes, mas antes trago uma citação de Uri Rosenheck (2008, p.12), para nortear minhas colocações:

A retórica textual da comemoração nos monumentos expressa repetidamente que os expedicionários eram “os filhos dessa terra”, parte do “povo” local, os representantes de suas comunidades, e que eram “Gaúchos integrantes da FEB” (Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul), dedicando os textos “[a]os Alagoanos da FEB” (Maceió, Alagoas), “aos heróis de Assis” (Assis, SP), aos Atibaianos, Burianos e Itatibenses e aos que “levaram à Guerra o civismo de Perdões” (Perdões, MG).[...] De um lado, o monumento funciona como uma bandeira que mostra que a comunidade também tem parte na nação. Por outro lado, o monumento é uma “declaração de afiliação tribal” que representa um “patriotismo” local, e que ajuda a distingui-la de outras cidades parecidas por ser um tributo cívico e um tributo de derramamento de sangue.

Como apresenta o autor, existe uma tendência nos monumentos a diferenciar e valorizar os “próprios feitos”. Em São João del-Rey isso também ocorre, mas não somente em forma de “patriotismo local”, afinal, o 11º era composto por integrantes de várias cidades brasileiras. Aqui a diferenciação ocorre, também, em uma esfera mais ampla. O Monumento dos Expedicionários é um importante constituinte da memória febianana na cidade, mas é, paralelamente, um constituinte da memória do 11º R.I (que posteriormente será transformado

no 11º Batalhão de Infantaria, nome que persiste até os dias de hoje). Isso é observável a partir do momento em que se ignora aquilo que não foi realizado por ele, tal como a tomada de Monte Castelo, e se constrói um monumento em torno de seus próprios atos heroicos, ou seja, Castelnuovo, Montese, Collecchio e Fornovo. A análise pode se aprofundar ainda mais, já que obtive acesso ao projeto de lei que renomeou a Praça dos Expedicionários, local onde se encontra tal monumento. Ainda nas palavras deste autor

[...] Ainda temos de perguntar, por exemplo, o que acontece com os monumentos depois de sua criação. Ou seja, a recepção e interação deles com a sociedade. Outra via de investigação desejada é analisar a política por trás da criação dos monumentos [...] (Rosenheck, 2008, p.14)

O que ele define como “o que acontece com os monumentos depois de sua criação”, pode ser entendido à luz da teoria de Nora (1993), ou seja, a dialética entre memória e história, e como ela age sobre os lugares de memória. Ou seja, a supracitada “intenção de memória” dos monumentos, em diálogo com as releituras e usos que são feitos do mesmo posteriormente. Também será analisado o que o autor chama de “política por trás da criação dos monumentos”, tomando como exemplo a Praça dos Expedicionários.

Através da lei 1569/1969, a Praça dos Andradas passou a se chamar “Praça dos Expedicionários”. É interessante percebermos, no corpo do projeto de lei, as justificativas para isso. Por várias vezes são repetidas as palavras “heroico” e “patriotismo”. De onde podemos inferir, portanto, dois sentidos que integram esse lugar de memória em São João del-Rei. Vale relembrar, ainda, que a noção de heroísmo não se encontra apenas neste monumento específico. Como relembra Carvalho (2009), existe uma heterogeneidade das memórias da FEB, de onde podemos destacar aquela dos veteranos de guerra, ou seja, os que participaram efetivamente do conflito, mas também há a das enfermeiras, dos músicos, daqueles que ficaram defendendo a costa brasileira, entre outros. No entanto, essa heterogeneidade é relevada: os lugares de memória em São João del-Rei se dedicam aos heróis e seus atos heroicos. A repetição dessas palavras no projeto de lei, como maneira de justificar, é apenas uma prova incontestável disso.

Além do patriotismo e heroísmo, também surge a ideia de exaltação da história do 11º Regimento de Infantaria, onde destaco o seguinte trecho, retirado do Projeto de Lei 1569/1969, da Câmara de Vereadores de São João del-Rei. “[...] Considerando-se também que o 11º R.I foi, é e jamais deixará de ser uma unidade militar que merece todo o nosso respeito e admiração pela sua bravura, conquistando glórias para o Brasil, em nome de São João del-Rey [...]”. Percebemos, logo ao fim, o que Rosenheck (2008) chama de “patriotismo local”. Ou seja, essa

ideia de conquistar glórias para o Brasil, mas em nome do local. Todos esses elementos estão presentes na constituição deste lugar de memória.

É importante, ainda, perceber como essa renomeação foi bem-sucedida. Ao contrário da supracitada Praça Frei Orlando, que até hoje sofre com os revezes de seu nome pré-renomeação, a mudança para Praça dos Expedicionários foi bem aceita, e não há quem a conheça pelo nome anterior à lei. O porquê disso pode parecer não muito claro, mas creio que se relacione com a própria magnitude monumental desta via pública: existem dois canhões, um monumento de soldado ao meio, além de um grande obelisco com inscrições. Enquanto a “praça esquecida” não possui nada que reforce a sua relação com a memória da FEB, a dos expedicionários possui fortes aspectos simbólicos e imagéticos que retomam esta memória. Além de que, na época de sua inauguração, houve a presença do próprio presidente da República, Artur da Costa e Silva. Isto entra em consonância com o que Nora (1993) entende por lugares dominantes e lugares dominados. A Praça dos Expedicionários é um exemplo de lugar dominante, pois passa por todo um processo de legitimação por autoridades, de cima para baixo, fator preponderante na análise entre dominantes e dominados.

Além disso, Nora (1993) entende que estes monumentos e esculturas, que se relacionam com mortos, conservam seu significado em sua natureza intrínseca, de modo que seu reconhecimento no meio social não gera confusões (com outros elementos da arquitetura urbana, por exemplo). Mas, como perceberemos, essa dinâmica não é tão simples na cidade de São João del-Rei, onde um caso merece ser destacado.

### **3.2 O monumento aos “Revolucionários de 1932”**

“Homenagem de São João del-Rei aos heróis do 11º R.I que tomaram no cumprimento do dever, na Revolução de 1932”, são os dizeres da placa que se encontra abaixo do monumento em forma de soldado. Localiza-se próximo à Praça dos Expedicionários e também à sede do 11º Batalhão. Como ex-morador da cidade, me lembrava muito pouco deste monumento. Embora se localize no centro da cidade, ele não possui as pompas e louros que seu vizinho possui. É um monumento simples, em uma pequena praça. A intenção não é discutir o porquê disso, e sim a ideia de sobreposição de memórias.

Como passei anos sem visitar a cidade, me informei com um guia turístico sobre possíveis locais que se relacionassem com a Força Expedicionária Brasileira na cidade. A resposta não me trouxe novidades, senão a de um “soldado ali na Praça Duque de Caxias, de frente ao DAMAE”, nas palavras dele. Fiquei intrigado com isso, afinal, eu me lembrava da



existência dele, mas nunca tinha me perguntado se aquele monumento era efetivamente parte da memória da FEB. Bastou uma simples consulta a placa para perceber que em nada aquilo se relacionava aos expedicionários. Como citado anteriormente, o 11º R.I tem uma história centenária, e participou de diferentes momentos da história brasileira. Um deles foi o movimento que levaria Getúlio ao poder. Embora próximos cronologicamente, são acontecimentos totalmente díspares. Por que, então, existe essa confusão?

Embora um monumento aos mortos, este caso é uma exceção ao que postula Nora (1993). Mesmo que ele carregue e conserve uma natureza intrínseca, ou seja, a de homenagear os “heróis que tombaram em 1932”, este acaba por sofrer com a ação da memória e da história. Embora a intenção dos criadores fosse o não esquecimento destes ditos soldados, a memória que se cria em torno do 11º aponta muito mais para a Segunda Guerra Mundial. Então as participações em outros conflitos acabam renegadas a um segundo plano. Mesmo que se encontre dentro da órbita das “memórias heroicas”, ou seja, as que são valorizadas, a participação em 1932 passa por um esquecimento. Carvalho (2009) parte do conceito de Pollak (1989) e nos traz a ideia das memórias submersas, ou seja, aquelas que não são acessadas pela memória coletiva. Embora a memória da FEB se constitua em uma “memória subterrânea”, pois é colocada a parte da memória coletiva nacional, no contexto local da cidade ela recebe uma valorização relativa, subalternizando outras formas de memória que se relacionem com o 11º R.I.

### **3.3 Os particularismos do Museu da FEB**

Na cidade existe um museu correlato à Força Expedicionária Brasileira. Criado a partir dos esforços da ANVFEB, membros da sociedade civil e militares, foi inaugurado no dia 12 de abril de 1986. Não foi uma data escolhida aleatoriamente, já que as comemorações em torno da Tomada de Montese, em São João del-Rei, se iniciam no dia 12 de abril, e encerram-se no dia 14. Percebemos, desde este ponto, uma tentativa de unir dois lugares de memória: a data comemorativa e o museu. Nora (1993) enxerga três facetas nos locais de memória, como pautamos anteriormente. Isto é, a material, funcional e simbólica. Uma data comemorativa parece ter uma aura muito mais simbólica, enquanto um museu parece muito mais material. A relação entre os dois é, portanto, mutualística e complementar.

No interior do museu percebemos a repetição das noções postuladas anteriormente. Há uma enorme frase pintada na parede, com os seguintes dizeres: “Conspira contra sua própria grandeza o povo que não cultua seus feitos heroicos”. Ou seja, novamente é retomada a ideia

do heroísmo. E é partindo dessa ideia que a exposição foi organizada. Saltam aos olhos inúmeras figuras que desempenharam papel decisivo nas batalhas, fogem das paredes a imagem das enfermeiras, dos músicos, da marinha ou da Força Aérea Brasileira. Não podemos relevar, no entanto, que esse museu é, assim como outros lugares de memória na cidade, parte da memória do 11º R.I. Não é apenas uma tentativa de cristalização da memória febiana. É fazê-la a partir do que se tinha de mais próximo, ou seja, o Regimento Tiradentes e seus componentes.

Uma grande ironia se apresenta logo no começo da exposição, onde são exibidos dois quadros ligados ao episódio de 1932 e o 11º, assim como no monumento que pautamos anteriormente. Não havia, no momento, alguém guiando a exposição. Gostaria de saber o motivo da citação a esse episódio em um Museu da Força Expedicionária Brasileira. Isso apenas reforça a ideia citada anteriormente, que os lugares de memória sobre a FEB em São João del-Rei estão intimamente ligados ao 11º, e não apenas numa perspectiva da atuação dele na Segunda Guerra Mundial, extrapolando este limite facilmente e contemplando outros acontecimentos.

### **3.4 Os *outros* lugares de memória: dominados ou dominantes?**

Como explicitado anteriormente, Nora (1993) faz uma importante distinção entre lugares de memória dominantes e dominados. Nos termos do autor

Os primeiros (dominantes), espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. (Nora, 1993, p.26)

Os *outros* lugares que me refiro se encaixam em partes nesta ótica. Seriam as vias públicas renomeadas, ou seja, ruas, becos, praças que se relacionam com estes expedicionários. Como na teoria do autor, não seriam um empreendimento arquitetônico, ou algo “espetacular e triunfante”. São os lugares comuns, pelos quais transitam diariamente os sanjoanenses. No entanto, há uma problemática: tais locais fogem da concepção binária de dominantes e dominados. Não podem ser enxergados como dominantes pois claramente não o são. Mas, ao mesmo tempo, não são totalmente dominados. Na verdade, a existência deles denota um pouco dos dois.

Os lugares dominantes tendem à coletividade, enquanto os dominados tendem à particularidade. Por certo, uma rua só seria renomeada através de uma autoridade, seguindo

parâmetros legais para a realização desta. Mas, ao mesmo tempo, a renomeação pode não significar o anseio de uma larga coletividade. E, além disso, como explicita Nora (1993), a dimensão da memória pode ser apenas uma entre tantas outras que circundam a criação destes lugares de memória. Ainda reitero, observando o exemplo sanjoanense, que a própria intenção de memória não é uni-facetada. Vejamos o exemplo da Lei municipal nº 3658/1992.

Esta lei prevê a nomeação de uma praça como “Praça Expedicionário Antônio Lombelo”. Quando observamos o projeto de lei, percebemos que a intenção não é apenas homenagear Antônio Lombelo por seus serviços prestados à nação. Na verdade, esta é uma pequena parte da justificativa. O grosso da explicação diz respeito à relação que o mesmo possuía com uma indústria têxtil, e como faleceu executando “seu dever de operário”. Perceba: dever de operário, não de soldado! No entanto, no projeto de lei existe a citação de como Antônio Lombelo lutou bravamente em terras italianas, em defesa dos “sagrados ideais de liberdade”. A mesma construção de heroísmo que vimos anteriormente, mas anexada às funções sociais que o mesmo exercia, ou seja, seus vínculos de trabalho e amizade. Como dito anteriormente, a ideia de cristalização da memória de um febiano é apenas uma faceta deste projeto de lei, deste lugar de memória. Existem outras intenções, e isto, na teoria de Nora (1993) o definiria como um lugar dominado, pois atende a particularismos que, caso eu não obtivesse acesso ao projeto de lei, jamais saberia, tratando-o apenas como um lugar de memória relacionado a FEB, criado por uma autoridade local.

Gostaria de destacar, através de outro exemplo, que não há uma homogeneidade na criação destes lugares de memória. A lei municipal 5577/2009 prevê a nomeação de uma praça como “Praça Expedicionário Sebastião Arlindo do Nascimento”. É a mesma ideia do projeto de lei anterior, mas a construção é totalmente diferente. Enquanto aquele tratava de outros vínculos, este é estritamente militar. No começo do documento há um anexo: o diploma da Medalha de Campanha, citada no anteriormente. Como dito, é um importante mecanismo de identificação do ex-combatente como tal. Mas não apenas isso, abaixo existe um longo *curriculum* de Sebastião, constando suas passagens por diferentes entidades do Exército Brasileiro e condecorações. Ainda existe um atestado de óbito. Não há nenhum texto justificando, ou falando do heroísmo. Talvez os vereadores acreditavam que apenas a Medalha de Campanha funcionaria como justificativa, já que existe um enorme simbolismo em torno dela, como destacado por Ferraz (2012).

Existem, na cidade, mais de 20 vias públicas que homenageiam expedicionários. São multifacetadas, e nem todos representam o desejo único de preservar a memória da FEB. Como

percebemos, as intenções de memória são múltiplas, e convergem para o terreno das particularidades. Uma homenagem de amigos, colegas de trabalho, familiares, vereadores. Mesmo que as intenções de memória sejam múltiplas, o título “expedicionário” confere um diferencial a tais lugares de memória. Quem foi Sebastião Arlindo do Nascimento? Este nome pode ter significado apenas para quem o conheceu ou sabe de sua história. Constituinte, portanto, de memórias individuais muito específicas. No entanto, o termo “expedicionário” é capaz de trazer novos sentidos a esses lugares. Sentidos que dialogam com as noções particulares e coletivas que existem sobre a FEB no município.

Daí decorre uma dificuldade que só pode ser sanada com futuros trabalhos. É necessário mensurar o impacto que tais lugares de memória exercem na população sanjoanense. Isto é, como a população percebe estes locais? E ainda, quais as memórias existentes atualmente neste imaginário popular? Em minha infância eu ouvia largamente afirmações pejorativas sobre os pracinhas, tal como: “ficaram no navio e nem desembarcaram” ou “a maioria é gente louca!”. É necessário um estudo aprofundado que dialogue com os sanjoanenses, para que se possa compreender as significações e ressignificações, nos termos de Nora (1993), que envolvem os lugares de memória em São João del-Rei e seus habitantes.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como visto, o estudo permitiu estabelecer uma ligação entre lugares de memória da FEB e o 11º R.I em São João del-Rei. De onde inferimos um dos sentidos (pergunta inicial do trabalho) de tais lugares na cidade: a manutenção da memória do 11º. Ou seja, é a retomada da ideia de um “patriotismo local”, que é benéfico tanto aos expedicionários, pois permite que sua memória seja continuada e lembrada (através das comemorações do 14 de abril pelo exército, por exemplo) e, ao mesmo tempo, benéfico ao batalhão da cidade, que encontra na FEB a legitimação de um passado heroico, glorioso e louvável. Seriam herdeiros de uma tradição que vem de longe, de colocação política e luta pela liberdade. Os lugares de memória, portanto, corroboram para que a memória da FEB seja associada, na cidade, ao 11º, de maneira que são indissolúveis. Falar da Força Expedicionária Brasileira é falar do Regimento Tiradentes, da Tomada de Montese, dos heróis do Onze. E, concomitantemente, a memória do 11º se torna a memória da FEB, mesmo que não seja, como no caso do monumento aos “heróis de 1932”.

Além disso, existe o sentido de valorização dos feitos heroicos, como muito falado. Esta valorização tem um caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo que engrandece a memória de uma parte específica da FEB (os veteranos, ou seja, aqueles que participaram efetivamente dos

combates), empobrece e invisibiliza as outras expressões desta memória, que não se encaixam nesse perfil “heroico”. Isso entra em consonância com a bibliografia do período, onde ressalto Carvalho (2009). Além de invisibilizar, tal projeto acaba por criar uma narrativa unilateral e homogênea, de modo que todos dentro do corpo expedicionário a repetem. A autora demonstra que mesmo os músicos, que não participaram de nenhum combate efetivo, repetem esta narrativa, ao invés de falar sobre as suas próprias impressões e memórias do conflito. Do Museu da FEB até as ruas renomeadas, o ponto mais fora da curva é a praça que recebe o nome de Frei Orlando, que não morreu em combate e nem era um soldado, mas é tratado como mártir e herói da causa febianana. Percebe-se, no entanto, a tentativa constante de criação dos “heróis”, ou seja, aqueles que são dignos de serem rememorados. Ressalto, ainda, a necessidade de estudos em São João del-Rei destas outras figuras, para que seja viável, por exemplo, a criação de novos lugares de memória relacionados a estes.

Ademais, tais lugares de memória acabam se inserindo em um contexto social muito específico, podendo possuir diferentes significações e intenções de memória, de onde a FEB é apenas uma delas. Isso ocorre em maior escala dentro dos lugares de memória que se relacionam a figuras, não a uma coletividade. Quando se homenageia um expedicionário através da renomeação de uma rua, é a lembrança de uma memória febianana, sem dúvidas, mas, ao mesmo tempo, é a valorização de uma figura que possuía relevância social na cidade. São lugares híbridos, de onde não podemos mensurar e hierarquizar “qual a maior intenção de memória”. São constituintes, portanto, de múltiplas memórias, onde sempre percebemos o argumento do “esforço heroico pela pátria” para justificar a faceta ligada à FEB, o que retoma o ponto da construção do heroísmo em torno dos lugares de memória em São João del-Rei.

A bibliografia ressalta os movimentos em torno da construção da memória, e sua guinada a partir da estabilização dos direitos em 1988. Embora a luta por essa construção da memória em São João del-Rei se inicie logo no ano de 1945, com a renomeação de uma praça, o número de leis a partir da década de 1990 é absolutamente maior, o que entra em consonância com os autores estudados, de onde enfatizo Silva (s/d). Do mesmo modo, averiguamos a existência de leis municipais que garantissem benefícios aos ex-combatentes, mas devido a data de criação destas (1964, a primeira) e o pequeno número (apenas três), não podem ser enxergadas como medidas de reintegração, primeiramente pela data distante do retorno dos ex-combatentes (quase 20 anos após), e também pela irrelevância dos benefícios (isenção de impostos bem específicos). No entanto, tais leis não podem ser relevadas, pois denotam uma tentativa do poder público municipal de atender demandas dos expedicionários.

Ademais, novos trabalhos precisam ser feitos, com o intuito de um diálogo mais próximo à população. Alguns trechos deste trabalho foram escritos a partir de impressões que obtive como sanjoanense e também em minhas visitas à cidade. Vale a pena avançar em pesquisas de campo como aquela feita por Amorim (2017), onde ela dialoga com a população acerca dos monumentos, captando as impressões existentes, possíveis contradições, entre outros fatores. Ou seja, a análise de como a população enxerga determinados lugares de memória, especialmente estes mais próximos ao cotidiano, tal como as ruas que passam diariamente ou as praças em que se aglomeram pessoas. O dia 14 de abril traz alguma memória à tona? Ou é apenas mais uma data fadada ao esquecimento, tal como o 7 de abril, dia do expedicionário na cidade? Estas perguntas só podem ser respondidas através deste diálogo com a população, algo que não pôde ser trabalhado neste estudo.

Por fim, também seria relevante um trabalho levando em conta os professores de história da rede pública (majoritária) na cidade. Afinal, como eles tratam o tema FEB? Há alguma reflexão sobre os lugares de memória? Visitas ao museu ou a monumentos? Seria interessante perceber como eles influenciam (ou não) os alunos, mantendo vivas as memórias da atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Enfim, existe uma gama de estudos que podem ser realizados levando em conta o contexto sanjoanense, lembrando que ainda há muito a ser falado sobre os lugares de memória na cidade. Das mais de 20 leis existentes, obtive acesso a pouco mais de 1/3 dos projetos de leis, pois o acesso aos arquivos é difícil. Ademais, existem questões que transcendem as feitas neste trabalho, e que só poderão ser sanadas através de novas pesquisas. Espero que esta desperte o interesse de outros estudantes, especialmente de história, para perceber o passado de São João del-Rei além daquele colonial, de maneira que possam surgir novos agentes históricos desta FEB, deste 11º, e não apenas aqueles considerados “heróis”.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

BRASIL. Lei Federal Nº 8.178, de 1 de março de 1991. Estabelece regras sobre preços e salários e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8178-1-marco-1991-365111-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2019

O BRASIL em estado de beligerância com a Alemanha e a Itália – como em 26 de outubro de 1917 a Nação aceita com firmeza e serena energia a fatalidade do seu destino. Diário do Comercio, São João del-Rei, ano V, n. 1345, p. 1, 23 de agosto de 1942.

SÃO JOÃO DEL-REI. Decreto-lei nº103, de 26 de dezembro de 1945. Muda denominação de uma praça. São João del-Rei, 1945.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei Municipal Nº 773, de 29 de setembro de 1964. Concede isenção de impostos a ex-combatentes da FEB. São João del-Rei, 1964.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei Municipal Nº 841, de 10 de março de 1966. Concede isenção de impostos a ex-combatentes da FEB. São João del-Rei, 1966.

SÃO JOÃO DEL-REI. Projeto de Lei Municipal Nº 1.569, de 19 de maio de 1969. Dispõe sobre denominação de via pública. São João del-Rei, 1969

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei Municipal Nº 1.571, de 06 de setembro de 1977. Que considera de utilidade pública a Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) Regional de São João del-Rei. São João del-Rei, 1977.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei Municipal Nº 2.652, de 04 de março de 1991. Autoriza a suplementação de subvenção social à Associação Nacional dos Veteranos da FEB. São João del-Rei, 1991

SÃO JOÃO DEL-REI. Projeto de Lei Municipal Nº 3.658, de 24 de agosto de 1992. Faz denominação de Praça Expedicionário Antônio Lombelo. São João del-Rei, 1992.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei Municipal Nº 3.127, de 07 de abril de 1995. Estabelece o dia 07 de abril como o dia dedicado aos expedicionários e dá outras providências. São João del-Rei, 1995.

SÃO JOÃO DEL-REI. Projeto de Lei Municipal Nº 5.577, de 02 de fevereiro de 2009. Faz denominação de Via Pública - Praça Sebastião Arlindo do Nascimento. São João del-Rei, 2009.

### **Livros:**

ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2002.

BONALUME NETO, Ricardo. A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1960.

DA COSTA, Octávio Pereira. Trinta anos depois da volta: o Brasil na II Guerra Mundial. AGGS, 1976.

FERNANDES, Fernando Lourenço. Estrada para Fornovo: A FEB – Força Expedicionária Brasileira, Outros Exércitos & Outras Guerras na Itália, 1944 – 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

HALBWACHS, Maurice. On collective memory. University of Chicago Press, 1992

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. A F.E.B. pelo seu Comandante. 1ª ed. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

PALHARES, Gentil. Frei Orlando: o capelão que não voltou. Rio de Janeiro: Biblioteca Do Exercito Editora, 1982.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2001.

#### **Teses:**

RIBEIRO, Patrícia Alves. Em luto e luta. Construindo a memória da FEB. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2013, 307p. Disponível em <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11296/Tese%20completa\\_REV4.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11296/Tese%20completa_REV4.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 20 de outubro de 2019.

#### **Dissertações:**

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. Ex-combatentes do Brasil: entre a História e a memória (1945-2009). Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

AMORIM, Mariana Moreira de. Patrimônio histórico, memória e turismo: o legado da Força Expedicionária Brasileira. Uma reconstrução possível?. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

#### **Periódicos**

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. Revista Militares e Política, n. 3, p. 7-16, 2008.



**Artigos:**

SILVA, Márcio Aparecido Pinheiro. Os Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: História, Memória e Patrimônio no Estado de Mato Grosso do Sul. S/d.

**ANEXOS**

Monumento do soldado combatente, na Praça dos Expedicionários, em São João del-Rei. Fonte: Autor, 2019.





Obelisco contendo as batalhas que contaram com a participação do 11º R.I, na Praça dos Expedicionários, em São João del-Rei. Fonte: Autor, 2019.





O monumento aos heróis de 1932, em São João del-Rei. Fonte: Autor, 2019.



Museu da FEB, em São João del-Rei. Fonte: Autor, 2019.





Pintura no interior do 11º Batalhão, rememorando a tomada de Montese, em São João del-Rei. Fonte: Autor, 2019.

### **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, Luis Filipe de Nazareth Brasil, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Expedicionários da memória: lugares de memória em São João del-Rei” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 04 de dezembro de 2019.